

direito

à

informação

REG.
14

JUNHO 1968.

EDITORIAL

O nº 13 de D.I. foi realmente um sucesso - um verdadeiro "best-seller"!

O nosso desejo de que ele se tornasse mais conhecido, mais lido, mais discutido foi largamente satisfeito.

Falou-se dele como nunca se tinha falado de nenhum dos outros, sobretudo em algumas cidades pequenas de onde temos informações directas. Mas cremos que o mesmo terá acontecido nos grandes centros como Lisboa, Porto ou Coimbra. E isso é muito importante para uma publicação clandestina.

Muitos dos nossos leitores terão recebido esse nº 13 em envelopes timbrados do Movimento dos Cursos de Cristandade. Enviámos ao Secretariado Nacional e aos Secretariados Diocesanos deste movimento a carta que a seguir transcrevemos. Parece-nos importante que todas a conheçam:

Exmº. Senhor,

Lemos no jornal "Novidades" de 12 de Abril um esclarecimento publicado a pedido do Secretariado Nacional dos Cursos de Cristandade sobre a utilização abusiva de envelopes timbrados de Ultreia Jubilar de Fátima.

Como Equipe Responsável de Direito à Informação (a publicação clandestina que foi expedida nos referidos envelopes) não queremos deixar de informar directamente os dirigentes nacionais e diocesanos dos Cursos de que o nosso objectivo ao recorrer a este meio na expedição de D.I. foi unicamente garantir a sua distribuição: a censura policial no Correio é de tal maneira escandalosa que nos é necessário recorrer a toda a espécie de disfarces, sob pena de nos arriscarmos a uma apreensão massiva.

Cremos que muitos cursistas terão entendido o nosso intuito desde o primeiro minuto, até porque colaboram já conosco na difusão de D.I. Para os outros aqui fica o nosso esclarecimento e a afirmação de que não quisémos de modo algum prejudicar o Movimento.

Se os fins não justificam todos os meios, cremos que quando os primeiros são importantes, é legítimo utilizar os segundos quando estes apresentem suficientes garantias de êxito e quando da sua utilização não resultem prejuízos graves. Julgamos que este foi um caso em que essas condições se realizaram.

Todos vamos sentindo cada vez mais a necessidade da luta contra o silêncio sobre muitas verdades para nós fundamentais (como as da guerra em África tratadas no último número de D.I.), que a tirania em que vivemos nos impõe. Temos por isso a certeza de que poderemos contar com o apoio e a ajuda de muitos neste trabalho de anúncio da verdade, especificamente cristão. Esperando que entre eles se encontrem muitos cursistas, sobretudo os mais responsáveis.

Saudações fraternas

A Equipe Responsável de DIREITO À INFORMAÇÃO



TOLOS SOMOS PARTICIPANTES E RESPONSÁVEIS

Por todo o mundo, os habitantes dos ghettos políticos, sociais ou culturais tomam consciência da sua dignidade e dos seus direitos e resolvem-se a conquistá-los. E enquanto muitos descobrem que só a violência libertadora pode expulsar a violência da opressão, outros lutam corajosamente com as armas da não-violência activa. A consciência cristã mais próxima dos acontecimentos ou mais atenta ao sofrimento dos irmãos é confrontada com esta problemática. Congressos, semanas de estudo, revistas de teologia, declarações pastorais, discutem os temas da violência e da revolução.

Nesta hora dramática, o nosso país continua a viver à margem da História. O corte, o isolamento do resto do mundo parece atingir o auge. A ordem nas ruas é perfeita; a Universidade (apesar de ser das mais retrógradas e desorganizadas da Europa) não mexe; as fábricas (apesar da miséria das condições de vida, que provocou uma das maiores emigrações da nossa História) funcionam ordeiramente.

Mas esta ordem não engana: quer simplesmente dizer que a violência estabelecida em Portugal desde há 40 anos não é uma tirania qualquer: esmagou a própria alma da nação, destruiu nos portugueses a consciência da sua dignidade de homens.

Só nas últimas semanas (para citar apenas alguns factos conhecidos), o país sofreu a deportação de dr. Mário Soares, sem julgamento nem culpa formada; a dissolução da cooperativa cultural Pragma, sem processo judicial nem possibilidades de defesa; a apreensão do livro do dr. Raúl Rego e a prisão do seu autor, contendo as cartas enviadas ao Cardeal Patriarca de Lisboa na sequência de um diálogo por este publicamente aberto; os cortes sistemáticos da censura em campos cada vez mais extensos, desde o Ano Internacional dos Direitos do Homem, aos acontecimentos na Checoslováquia, na Espanha, em toda a parte; a proibição pela Pide de colóquios e sessões, até de carácter religioso, como a consagrada a Luther King na paróquia de Santa Isabel, em Lisboa; os espancamentos cobardes da polícia na gare do aeroporto, à partida do dr. Mário Soares.

Mas, para além destes actos do poder, estão dezenas de anos de prisões arbitrarias; de assassinios políticos; de censura implacável; de proibições de tudo o que seja formação e informação objectiva, livre, independente; de políticas imobilistas e repressivas na agricultura e na indústria, na saúde, no trabalho, na habitação, no ensino, na cultura; de especulação desenfreada, de corrupção administrativa, de irresponsabilidade de governo; e, sobretudo, de uma política colonial sanguinária, que arruína a economia do País, cerrompe o moral da juventude, dizima as populações africanas e cava abismos de ódio.

Esta acumulação incessante de violências conduziu ao horror de poder ser tomada por muitos como forma normal e pacífica de viver em Portugal. E assim é aceite, por vezes até abençoada, e na prática constantemente apoiada por aqueles que têm por missão proclamar o Evangelho. Mas há os católicos que acham que as coisas estão mal, os que criticam, em círculos de amigos, os actos do governo e daqueles que o apoiam. Mas o que fazem para anular a violência?

Por vezes, os mais arrojados vão ao ponto de subscreverem abaixo-assinados, e com tanto se julgam justificados. Muitos declaram-se contra os métodos violentos, mas não são capazes de uma inocente e pacífica manifestação de protesto. Outros, pelo contrário, defendem a violência e a revolução, declaram-se fervorosos adeptos de Che Guevara, mas confiados nos milhares de quilómetros que nos separam da América Latina. Tudo são formas de evasão, de irresponsabilidade, colectiva e individual, de medo - reflectindo a profunda alienação de que todo um povo é vítima.

Luther King e Camilo Torres deram testemunho, com a sua vida e a sua morte, de duas maneiras cristãs de lutar contra a violência instaurada. A teologia da revolução, não só as considera legítimas, mas imperativos evangélicos, quando são negadas outras modalidades para a abolição rápida da violência.

Recusar estas atitudes nos casos, como o nosso, em que são a única via possível, significa participar efectivamente no alastramento incessante da violência institucionalizada.

NÃO GUARDE PARA AMANHÃ O QUE PODE IR HOJE. LEIA HOJE D. I. AMANHÃ É-O A UM

Devo lembrar-lhes que deixar uma criança passar fome é uma violência. Não lhe dar acesso à cultura é violência. Maltratar uma mãe e a sua família é violência. Exercer a discriminação contra o homem que trabalha é violência. Viver em "ghettos" é violência. Ignorar as necessidades médicas é violência. Olhar com desprezo a pobreza é violência. Mesmo a falta de vontade para ajudar a humanidade é uma forma doentia e sinistra de violência.

LORETTA KING

MAIO 1968

1 - NÃO-VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA - A PROPÓSITO DA MORTE DE LUTHER KING

A morte de Martin Luther King, no passado dia 4 de Abril, trouxe para a ordem do dia o grave dilema violência-não violência.

Este pastor baptista, doutor em teologia e prémio Nobel da paz 1964 foi o "leader" incansável da luta não violenta contra a discriminação racial nos Estados Unidos, durante cerca de 13 anos e em nome do Evangelho. Organizou as "peregrinações" da liberdade", sendo a mais célebre a marcha sobre Washington (1963) para a defesa dos direitos cívicos dos negros americanos. Lançou a campanha dos "sit-in": ocupação, pelos negros, de todos os lugares onde não tinham o "direito" de estar e aceitação de todos os consequentes insultos e vexames. Prêgou, por toda a América, a esperança contra todo o desespero:

"Um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, os filhos dos antigos escravos ocuparão, todos juntos, os seus lugares na mesa da fraternidade..."

Com a ausência de Luther King, a causa da não violência ficou neste momento grandemente enfraquecida. E no entanto ela é insubstituível como elemento de equilíbrio dentro do conjunto da luta contra a opressão, que se trava hoje, em toda a parte. Insubstituível a par da violência, cada vez mais considerada por muitos como o único meio eficaz de libertação em numerosas circunstâncias.

Muitos cristãos ainda condenam espontaneamente, em bloco e em nome do próprio Cristianismo a utilização da violência, ignorando, por causa dos condicionalismos em que vivem, que se trata de uma questão hoje extremamente controversa e em que muitos, por vezes também em nome de Cristo e invocando as exigências evangélicas, se comprometem numa luta violenta para que o Reino da justiça na Terra se alargue. É o testemunho de alguns destes cristãos que queremos dar a conhecer, nomeadamente o do Pe. Camilo Torres que foi guerrilheiro na Colúmbia-onde-Paulo VI se deslocará no próximo mês de Agosto- e morreu no combate. Fá-lo-emos, essencialmente, tentando acompanhar a sua evolução espiritual e em contacto com as suas próprias palavras.

2- O PE. CAMILO TORRES

Nasceu em Bogotá, em 1929, e morreu, com 37 anos, no dia 15 de Fevereiro de 1966. Foi ordenado padre, em Bogotá, em 1954 e o arcebispo mandou-o então para a Europa (Lovaina) estudar sociologia.

Em 1958, volta para Bogotá e é nomeado assistente dos estudantes Universitários e professor de Sociologia.

O Pe. Camilo entra em cheio na vida colombiana, promove uma série de estudos sobre os problemas cruciais do seu país, participa activamente em vários organismos; com outros professores, funda um Movimento de Universitários e membros das profissões liberais para o desenvolvimento comunal.

Em 1962, defende os interesses dos estudantes em conflito com o Reitor. O arcebispo retira-lhe a missão de assistente por não querer que os seus padres se metam em política.

Continua a sua actividade sacerdotal numa paróquia e trabalha também no Instituto de Administração Social. Pouco a pouco, vai-se

-24-

comprometendo em actividades visando a mudança das estruturas económicas sociais do país. Este tipo de actividades suscita, como é habitual, uma forte oposição das autoridades governamentais e eclesiásticas.

Entretanto, C.T. conhece cada vez melhor as diferentes camadas da população, está perfeitamente convencido da necessidade da união, para além das diferentes ideologias, de todos os que desejam uma transformação das estruturas e decide-se a passar à acção com o projecto de constituição de um movimento político unindo todas as forças progressistas. Depois de um certo número de reuniões, estas tornam público um manifesto intitulado Plataforma para um Movimento de unidade popular (Março de 1965), cuja redacção fora confiada ao Pde. Camilo. O entusiasmo que se segue à fundação do movimento não irá durar: graves divergências entre os partidos provocam imediatamente divisões e perdas de forças.

Pouco depois da publicação da Plataforma, o arcebispo de Bogotá ordena a C.T. que saia do Instituto de Administração Social e que passe a trabalhar na Secretaria da Acção pastoral da diocese. C.T. pede-lhe para se ausentar alguns meses e escreve-lhe então uma longa carta, na qual lhe diz, entre outras coisas:

"Quando V.Exa. me propôs que abandonasse o meu trabalho actual para me encarregar da pesquisa dos elementos necessários para a planificação da pastoral no domínio do nosso arcebispado, pedi-lhe um prazo para responder a esse pedido. Os argumentos que expus fundamentavam-se em razões de caridade para com numerosas pessoas que dependem do meu trabalho e cuja situação passaria a ser insegura se eu me retirasse imediatamente. Penso que estes argumentos eram válidos e V.Exa. assim os considerou.

Sem os pôr em causa, reflecti sobre a reacção íntima que tive perante a sua proposta: senti uma repugnância profunda em trabalhar no quadro da estrutura do clero da nossa Igreja. Aproveitei este retiro espiritual para me debruçar um pouco sobre esta reacção que, num padre, parece ~~sentir absurdo~~, pelo menos "deslocada".

O meu trabalho de padre realizou-se, durante mais de dez anos, sob a autoridade do meu bispo, mas um pouco à margem da estrutura clerical. Esta situação pode constituir um inconveniente para o meu espírito sacerdotal, mas pode ser que tenha tido vantagens para a vida da Igreja: uma delas é talvez o ter tornado mais objectiva a minha visão da estrutura a que pertença, apesar de ter participado nela menos que outros cujas capacidades de análise são talvez maiores, mas que estão demasiado ligados ao fenómeno para beneficiarem da distância necessária.

Quando encarei a hipótese de trabalhar no Paço, reflectindo, senti que, assim, me separava do mundo e dos pobres para entrar num grupo fechado de uma organização pertencendo aos poderosos do mundo".

SE É PADRE, NÃO DEIXE DE REFLECTIR NO QUE ACABOU DE LER

Em Maio, o Cardeal afirma publicamente que "a plataforma de acção política e social subscrita ou apresentada pelo Pde. Camilo Torres contém pontos incompatíveis com a doutrina da Igreja". Segue-se uma correspondência entre C.T. e o Cardeal e uma nova declaração pública deste.

C.T. pede, em carta de 24 de Junho de 1965, a redução ao estado leigo e a dispensa das obrigações inerentes ao estado clerical "como testemunho de fidelidade à Igreja e àquilo que considera como essencial no cristianismo". No mesmo dia, torna pública uma importante Declaração:

"Quando surgem circunstâncias que impedem os homens de se darem a Cristo, o padre tem como função principal combater essas circunstâncias, mesmo à custa da possibilidade para ele de celebrar o rito eucarístico que não se compreende sem o dom dos cristãos.

Na situação actual da Igreja, tornou-se-me impossível continuar o exercício do meu sacerdócio sob os aspectos do culto exterior. Apesar de tudo, o sacerdócio cristão não consiste só na celebração dos ritos exteriores. A missa, que é o objectivo final da acção sacerdotal, é uma acção fundamentalmente comunitária. Mas a comunidade cristã não pode oferecer o sacrifício de uma maneira autêntica se não realizou an-

tes, de maneira autêntica, o preceito do amor para com o próximo.

Optei pelo cristianismo considerando que encontrava nele a forma mais pura de servir o meu próximo. Fui escolhido por Cristo para ser padre para a eternidade, levado pelo desejo de me consagrar a tempo inteiro ao amor dos meus semelhantes.

Como sociólogo, quis que este amor se tornasse eficaz por meio da técnica e da ciência. Analizando a sociedade colombiana, vi a necessidade de uma revolução para poder dar de comer àquele que tem fome, de beber àquele que tem sede, de vestir àquele que está nú e realizar o bem estar da grande massa do nosso povo.

Considero que a luta revolucionária é uma luta cristã e sacerdotal. Só por ela podemos realizar o amor que os homens devem ter pelos seus semelhantes, nas circunstâncias afectivas que são as do nosso país.

Desde que exerço o meu ministério sacerdotal, agi de modo a que, por todos os meios, os leigos, os católicos ou os não católicos se consagrem à luta revolucionária. Perante a ausência de uma resposta maciça do povo à acção dos leigos, resolvi consagrar-me a ela eu próprio, realizando assim uma parte da minha tarefa que é conduzir os homens a Deus pelo amor mútuo. Como colombiano, considero esta actividade essencial para a minha vida cristã e sacerdotal. Mas é uma tarefa que é contrária à disciplina da Igreja actual.

Não quero ir contra esta disciplina, nem traír a minha consciência.

É por isso que pedi a Sua Eminência o Cardeal que me libertasse das minhas obrigações clericais, para poder servir o povo no terreno temporal. Sacrifico um dos direitos que amo mais profundamente: o de poder celebrar o culto a exterior da Igreja como padre, afim de criar as condições que tornarão este culto mais autêntico.

Creio que o compromisso que tomei, em relação aos meus semelhantes, de realizar eficazmente o preceito do amor do próximo, me impõe este sacrifício. A medida suprema das decisões humanas deve ser a caridade, deve ser o amor sacerdotal. Correrei todos os riscos que esta medida exige de mim" (jornal "El Tiempo", 25-6-1965).

Dois meses mais tarde, dirige uma Mensagem aos cristãos em que retoma alguns dos aspectos principais da Declaração de Junho:

"É necessário que, neste momento decisivo da nossa história, nós cristãos permaneçamos firmes nas bases essenciais da nossa religião (...).

Para que o amor seja verdadeiro, é preciso procurar a eficácia(...).

As minorias privilegiadas que detêm o poder não vão procurar os meios, porque geralmente estes meios eficazes obrigam as minorias a sacrificarem os seus privilégios(...)

É por isso necessário tirar o poder às minorias privilegiadas para o dar às maiorias pobres. Que isso se faça rapidamente é o essencial de uma revolução.

A revolução pode ser pacífica se as minorias não opõem resistência violenta(...).

A revolução não é apenas permitida, mas é obrigatória para os cristãos que vêm nela a única maneira eficaz e grande para realizarem o amor de todos(...).

Quando o meu próximo já não tiver nada contra mim, quando eu tiver realizado a revolução, celebrarei de novo a missa, se Deus quiser. Julgo seguir assim o mandamento de Cristo: "Se ao apresentares a tua oferta no altar te lembrares que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa a tua oferta diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; vem depois apresentar a tua oferta".

Depois da revolução, nós cristãos teremos a consciência de ter estabelecido um sistema fundado sobre o amor do próximo.

A luta é longa, comecemos-la desde já..."(Jornal "Frente Unido", 26-8-1965).

O POVO PORTUGUÊS, NOSSO PRÓXIMO, NÃO TERÁ NADA CONTRA
NÓS?...
A LUTA É LONGA...

Progressivamente, C.T. foi-se convencendo de que só a luta violenta era eficaz e em Outubro sai definitivamente de Bogotá e transforma-se em guerrilheiro, nunca deixando de se considerar tão cristão e tão padre como revolucionário.

No dia 15 de Fevereiro de 1966 é morto, a seguir a um combate entre o exército e os guerrilheiros.

Pouco antes fizera uma Proclamação ao Povo Colombiano:

7 "Colombianos!

Durante muitos anos, os pobres da nossa pátria esperaram o sinal de combate para se lançarem na luta final contra a oligarquia.

Nos momentos de desespero extremo do povo, a classe dirigente encontrou sempre maneira de enganar o povo, para o distrair, acalmado-o com novas fórmulas que levam sempre ao mesmo: o sofrimento para o povo e o bem estar para a classe privilegiada(...).

Agora o povo já não voltará a acreditar. O povo não acredita nas eleições. O povo sabe que as vias legais estão esgotadas. O povo sabe que só resta a luta armada. O povo está desesperado e decidido a arriscar a vida para que a próxima geração de colombianos não seja uma geração de escravos.

Eu quero dizer ao povo colombiano que chegou o momento (da luta revolucionária). Que eu não o traí. Que percorri as praças das aldeias e das cidades lutando pela unidade e pela organização da classe popular, com vista à tomada do poder. Que pedi que nos consagrássemos a estes objectivos até à morte(...).

Estou comprometido na luta armada. Peço continuar a luta, nas montanhas colombianas, de armas na mão, até à conquista do poder pelo povo(...).

A luta do povo deve tornar-se uma luta nacional e nós pusémo-nos a ela cedo porque o dia é longo,

Colombianos! Não deixemos de responder ao apelo do povo e da revolução!

Pela unidade da classe popular até à morte!

Pela organização da classe popular até à morte!

Pela tomada do poder pela classe popular até à morte!

Até à morte, porque estamos decididos a ir até ao fim!

Até à vitória, porque um povo que se compromete até à morte obtém sempre a vitória.

Até à vitória final, às ordens do Exército de Libertação Nacional!

NEM UM PASSO PARA TRÁS!

A LIBERTAÇÃO OU A MORTE!" (Jornal "El Vespertino", 7-1-1966).

Para Camilo Torres, foi a morte. Na Colômbia, a luta continua e a memória de C.T. também: ele ficará na história deste país e da Igreja Católica como um verdadeiro mártir dos nossos dias.

CAMILO TORRES, CHE GUEVARA (morto em 9 de Outubro de 1967), RÉGIS DEBRAY (jornalista francês condenado a 30 anos de prisão) são os três grandes nomes dos últimos anos da história da guerrilha da América Latina, que provocam a admiração ou a recusa do mundo. Para um vasto sector, sobretudo de jovens, eles formaram-se ídolos, figuras insuspeitas de entrega total e desinteressada à luta pela justiça. É já célebre a afirmação final de Che Guevara na sua obra Criar 2,3... numerosos Vietname, e ess a palavra de ordem:

"Que importa o sítio em que a morte nos surpreenderá; que ela seja bem-vinda, desde que o nosso grito de guerra seja ouvido, desde

-5-

que uma outra mão se estenda para pegar nas nossas armas e que outros homens se ergam para entoarem os cânticos fúnebres no crepitar das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória".

Régis Debray, numa mensagem em que pede que não procurem diminuir as responsabilidades que teve na sua acção (ce que je demande à mes amis, "Le Nouvel Observateur", 1-7 de Novembro de 1967), recorda que a guerrilha "não exige superhomens mas muita abnegação de cada um de nós: uma renúncia a tudo e talvez à vida, resistência, teimosia e um estômago que suporte ficar vazio durante semanas".

3- OS CRISTÃOS E A VIOLÊNCIA

Na Igreja Católica, de uma maneira geral, cresce de dia para dia a preocupação e a reflexão sobre a violência. Nas outras Igrejas cristãs também.

Muitas tomadas de posição referem-se expressamente aos Nos. 30 e 31 da encíclica Populorum Progressio de Paulo VI.

Em grupo de Bispos do 3º mundo dirige a este uma Mensagem, publicada no verão de 1967, e na qual afirmam que há "uma guerra subversiva que, de há muito, o dinheiro alimenta surdamente por todo o mundo, massacrando povos inteiros" e ainda que "os cristãos e os seus pastores devem saber reconhecer a mão do Todo-Poderoso nos acontecimentos que, periodicamente, depõem os poderosos dos seus tronos e elevam, os humildes, despedem os ricos de mãos vazias e saciam os esfomeados".

Em Janeiro de 1968, 300 padres argentinos aderem a esta mensagem e pedem aos seus bispos respectivos que adiram também publicamente.

No Brasil, D. Fragozo (bispo de Cratêus) louva "a coragem da pequena Cuba" que "poderá ser, para a libertação da América Latina, um símbolo e um apelo" e afirma, referindo-se a Fidel de Castro: "Meus irmãos, reconhecer estas virtudes evangélicas de um homem que hoje já não é cristão, é ser cristão" ("Informations lath-Internationales", 15/12 1967).

D. João Marcos (bispo de ^{Santo} André) afirma na televisão que "uma revolução armada da parte do povo justifica-se quando a opressão reina e quando há salários de fome" (I.C.I., 15-2-1968)"

No Perú

E OS NOSSOS BISPOS?

No Perú, a juventude da Acção Católica defende uma mensagem convidando para a luta contra o imperialismo do dinheiro, que massacra o povo.

Em Cuba, numa conferência cultural que reuniu em Havana 470 intelectuais de 70 países "para combater as formas culturais dos imperialismos", 4 padres que nela participavam (3 sul-americanos e um francês) redigiram uma importante declaração que Fidel de Castro leu na íntegra no seu discurso de encerramento. Entre outras coisas, os 4 padres afirmam "que o Pde. Camilo Torres, morrendo pela causa revolucionária, deu o melhor exemplo de um intelectual cristão comprometido em relação ao seu povo"; no que lhes diz respeito dizem: "Comprometemo-nos com a luta revolucionária anti-imperialista, até às últimas consequências, afim de obter a libertação completa do homem e de todos os homens" (I.C.I., 15-2-1968).

No Panamá, 64 cristãos e não-cristãos, numa reunião sobre a "Populorum Progressio" denunciaram num manifesto "a infidelidade dos dirigentes aos princípios clássicos do Cristianismo" e "a cumplicidade dos cristãos adormecidos pela moleza e pela prudência covarde e medrosa de um grande número de dirigentes espirituais". Pondo em paralelo esta situação com "a conspiração decidida das autoridades civis, militares e religiosas que defendiam o statu quo da sociedade palestina no tempo de Cristo", convidam cada um "a escolher em consciência o método de luta que lhe parecer mais eficaz" (I.C.I., 15-2-1968).

Muitos outros cristãos-bispos, padres e leigos- juntam o seu testemunho aos daqueles que acabamos de citar. Todos provocam reacções, positivas ou negativas.

Mais perto de nós, em França, sai um comunicado de um conjunto importante de grupos cristãos ("Témoignage Chrétien", "Chrétianisme social",

